

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aplicação: 2014

TARDE

## PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub>

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P<sub>4</sub>. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém as propostas para a elaboração de uma minuta de proposição e um parecer à proposição, correspondentes à prova discursiva P<sub>4</sub>, acompanhadas de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Não serão fornecidas folhas suplementares nem para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o Caderno de Textos Definitivos da prova discursiva P<sub>4</sub>.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu Caderno de Textos Definitivos e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no Caderno de Textos Definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

### OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

**PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub>**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub>**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Tanto na minuta de proposição quanto no parecer à proposição, o texto cuja extensão esteja aquém da extensão mínima de **100 linhas**, prevista em edital, será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo** correspondentes.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso algum texto definitivo tenha de ser assinado, use apenas o nome **Consultor Legislativo**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Tanto na minuta de proposição quanto no parecer à proposição, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **50,00 pontos**, dos quais até **2,50 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).
- Do total de até **50,00 pontos** relativos ao domínio do conteúdo, serão atribuídos até **2,50 pontos**: na minuta de proposição, ao quesito aspectos formais da minuta de proposição (uso da espécie normativa adequada); no parecer à proposição, ao quesito relatório.

**MINUTA DE PROPOSIÇÃO**

A Lei n.º 12.441, de 11 de julho de 2011, acrescentou um novo art. 980–A ao Código Civil Brasileiro, com a finalidade de se introduzir uma nova espécie de pessoa jurídica de direito privado no direito empresarial brasileiro, qual seja, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), redigido nos termos apresentados a seguir.

Art. 980–A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 1.º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2.º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

§ 3.º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária em um único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4.º (VETADO).

§ 5.º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica e vinculados à atividade profissional.

§ 6.º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.

A criação da EIRELI tem gerado debate entre os órgãos competentes e os profissionais da área jurídica. Nesse debate, o principal questionamento refere-se à possibilidade de a EIRELI ser constituída por pessoa jurídica, bem como por pessoa jurídica de capital estrangeiro, a qual será submetida aos ditames da Lei n.º 4.131/1962, que regula a aplicação de capital estrangeiro e a remessa de valores para o exterior.

A partir das informações acima apresentadas, redija uma minuta de proposição pertinente que altere o art. 980–A da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil) a fim de autorizar a constituição de EIRELI por pessoa jurídica de direito privado de capital nacional [valor: 5,00 pontos] bem como por pessoa jurídica de direito privado de capital estrangeiro [valor: 5,00 pontos]. Na justificação dessa proposição, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade de a EIRELI desempenhar atividades não empresariais, a exemplo de atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística; [valor: 10,00 pontos]
- ▶ análise do tratamento constitucional e da juridicidade da proposta; [valor: 7,00 pontos]
- ▶ restrições à aplicação de capital estrangeiro no país; [valor: 10,00 pontos]
- ▶ repercussão na economia nacional. [valor: 8,00 pontos]

Desconsidere eventuais proposições relativas a essa matéria que já tenham sido objeto de apreciação pelo Congresso Nacional ou por qualquer uma de suas Casas.

**RASCUNHO – MINUTA DE PROPOSIÇÃO – 1/4**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

**RASCUNHO – MINUTA DE PROPOSIÇÃO – 2/4**

|    |  |
|----|--|
| 31 |  |
| 32 |  |
| 33 |  |
| 34 |  |
| 35 |  |
| 36 |  |
| 37 |  |
| 38 |  |
| 39 |  |
| 40 |  |
| 41 |  |
| 42 |  |
| 43 |  |
| 44 |  |
| 45 |  |
| 46 |  |
| 47 |  |
| 48 |  |
| 49 |  |
| 50 |  |
| 51 |  |
| 52 |  |
| 53 |  |
| 54 |  |
| 55 |  |
| 56 |  |
| 57 |  |
| 58 |  |
| 59 |  |
| 60 |  |

**RASCUNHO – MINUTA DE PROPOSIÇÃO – 3/4**

|    |  |
|----|--|
| 61 |  |
| 62 |  |
| 63 |  |
| 64 |  |
| 65 |  |
| 66 |  |
| 67 |  |
| 68 |  |
| 69 |  |
| 70 |  |
| 71 |  |
| 72 |  |
| 73 |  |
| 74 |  |
| 75 |  |
| 76 |  |
| 77 |  |
| 78 |  |
| 79 |  |
| 80 |  |
| 81 |  |
| 82 |  |
| 83 |  |
| 84 |  |
| 85 |  |
| 86 |  |
| 87 |  |
| 88 |  |
| 89 |  |
| 90 |  |

**RASCUNHO – MINUTA DE PROPOSIÇÃO – 4/4**

|     |  |
|-----|--|
| 91  |  |
| 92  |  |
| 93  |  |
| 94  |  |
| 95  |  |
| 96  |  |
| 97  |  |
| 98  |  |
| 99  |  |
| 100 |  |
| 101 |  |
| 102 |  |
| 103 |  |
| 104 |  |
| 105 |  |
| 106 |  |
| 107 |  |
| 108 |  |
| 109 |  |
| 110 |  |
| 111 |  |
| 112 |  |
| 113 |  |
| 114 |  |
| 115 |  |
| 116 |  |
| 117 |  |
| 118 |  |
| 119 |  |
| 120 |  |

Projeto de Lei n.º XXX, de XXXX

Estabelece normas para a contratação de trabalhadores por empresa interposta, no âmbito da Administração Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É permitida a contratação de trabalhadores por empresa interposta, desde que atendidas as regras previstas na Lei n.º 8.666, de 1993.

Art. 2.º Constatando-se a contratação irregular de trabalhadores por empresa interposta, formar-se-á o vínculo de emprego diretamente com a Administração Pública, caso em que esta será responsável diretamente por todas as obrigações trabalhistas.

Art. 3.º O inadimplemento das obrigações trabalhistas, pela empresa contratada, implica a responsabilidade solidária dos órgãos da Administração Pública direta ou indireta que tiverem realizado o contrato.

Art. 4.º A responsabilidade da Administração Pública pelo cumprimento das obrigações trabalhistas ocorre independentemente de conduta culposa no cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993, bastando que a empresa contratada descumpra as obrigações trabalhistas.

Art. 5.º A responsabilidade da Administração Pública pelos débitos trabalhistas independe de sua participação na relação processual que os tiver gerado.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

Observando os requisitos legais e regimentais quanto à forma, redija um parecer à proposição apresentada acima. Em seu parecer, aponte eventuais irregularidades na técnica legislativa e aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a (in)constitucionalidade da lei; **[valor: 15,00 pontos]**
- ▶ a responsabilidade da administração pública pelas obrigações trabalhistas em caso de terceirização dos serviços; **[valor: 17,50 pontos]**
- ▶ o posicionamento atual da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho em relação à matéria. **[valor: 12,50 pontos]**

Considere que a matéria objeto da proposição seja inédita, isto é, nunca tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional nem por qualquer uma de suas Casas.

---

**RASCUNHO – PARECER À PROPOSIÇÃO – 1/4**

|    |  |
|----|--|
| 1  |  |
| 2  |  |
| 3  |  |
| 4  |  |
| 5  |  |
| 6  |  |
| 7  |  |
| 8  |  |
| 9  |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |
| 21 |  |
| 22 |  |
| 23 |  |
| 24 |  |
| 25 |  |
| 26 |  |
| 27 |  |
| 28 |  |
| 29 |  |
| 30 |  |

**RASCUNHO – PARECER À PROPOSIÇÃO – 2/4**

|    |  |
|----|--|
| 31 |  |
| 32 |  |
| 33 |  |
| 34 |  |
| 35 |  |
| 36 |  |
| 37 |  |
| 38 |  |
| 39 |  |
| 40 |  |
| 41 |  |
| 42 |  |
| 43 |  |
| 44 |  |
| 45 |  |
| 46 |  |
| 47 |  |
| 48 |  |
| 49 |  |
| 50 |  |
| 51 |  |
| 52 |  |
| 53 |  |
| 54 |  |
| 55 |  |
| 56 |  |
| 57 |  |
| 58 |  |
| 59 |  |
| 60 |  |

**RASCUNHO – PARECER À PROPOSIÇÃO – 3/4**

|    |  |
|----|--|
| 61 |  |
| 62 |  |
| 63 |  |
| 64 |  |
| 65 |  |
| 66 |  |
| 67 |  |
| 68 |  |
| 69 |  |
| 70 |  |
| 71 |  |
| 72 |  |
| 73 |  |
| 74 |  |
| 75 |  |
| 76 |  |
| 77 |  |
| 78 |  |
| 79 |  |
| 80 |  |
| 81 |  |
| 82 |  |
| 83 |  |
| 84 |  |
| 85 |  |
| 86 |  |
| 87 |  |
| 88 |  |
| 89 |  |
| 90 |  |

**RASCUNHO – PARECER À PROPOSIÇÃO – 4/4**

|     |  |
|-----|--|
| 91  |  |
| 92  |  |
| 93  |  |
| 94  |  |
| 95  |  |
| 96  |  |
| 97  |  |
| 98  |  |
| 99  |  |
| 100 |  |
| 101 |  |
| 102 |  |
| 103 |  |
| 104 |  |
| 105 |  |
| 106 |  |
| 107 |  |
| 108 |  |
| 109 |  |
| 110 |  |
| 111 |  |
| 112 |  |
| 113 |  |
| 114 |  |
| 115 |  |
| 116 |  |
| 117 |  |
| 118 |  |
| 119 |  |
| 120 |  |



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos